



An analysys of the IFPB Campus Picuí and its socioeconomic relevance for the Eastern Seridó paraiban

Uma análise do IFPB Campus Picuí e sua relevância socioeconômica para o Seridó Oriental paraibano

SANTOS, José das Vitórias dos⁽¹⁾; CANIELLO, Márcio de Matos⁽²⁾

⁽¹⁾  0000-0002-3341-597x; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande-PB, Brasil, E-mail: neguinhokaic@gmail.com.

⁽²⁾  0000-0003-2765-9393; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande-PB, Brasil, E-mail: marciocaniello@gmail.com

ABSTRACT

As part of my dissertation this work aims to analyze the expansion and internalization of the Federal Institutes of Education, Science and Technology as the effectiveness of a public policy in education, through the relationship with local and regional development. We aim, therefore, to analyze the implementation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) in the Picuí-PB campus and its social and economic impacts on the micro-region of the Seridó Oriental Paraibano, considering the professional training of young people and the insertion of graduates in the regional labor market in the period from 2009 to 2020. The methodological procedures and instruments of said research, as well as the stages of the bibliographic and documentary survey, field research and data collection, how the organization and construction of the analyzes took place based on the quantitative and qualitative categories. As the studies deepened, we realized that the internalization of the Federal Institutes has not only brought professional qualification, entry into the job market, or access to universities, but a whole set of beneficial actions made possible by the application of public policies and that has culminated with an immeasurable cultural and intellectual gain, unable to be quantified in this research, only. We understand, therefore, that the implantation of the Federal Institutes enables a qualitative advance from a singular path, a project of a nation that understands education as a commitment to transformation and the rise of knowledge, of goals capable of transforming social life.

RESUMO

Sendo parte de minha dissertação este trabalho destina sua atenção a analisar a expansão e a interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como a efetivação de uma política pública em educação, por meio da relação com o desenvolvimento local e regional. Objetivamos, portanto, analisar a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) no campus de Picuí-PB e seus impactos sociais e econômicos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, considerando a formação profissional dos jovens e a inserção dos egressos no mercado de trabalho regional no período de 2009 a 2020. Os procedimentos metodológicos e os instrumentos da referida pesquisa, bem como as etapas do levantamento bibliográfico e documental, da pesquisa de campo e da coleta de dados, como se deu a organização e a construção das análises com base nas categorias quantitativas e qualitativas. Com o aprofundamento dos estudos, percebemos que a interiorização dos Institutos Federais não trouxe apenas a qualificação profissional, o ingresso no mercado de trabalho ou o acesso às universidades, mas todo um conjunto de ações benéficas possibilitado pela aplicação de políticas públicas e que tem culminado com um ganho cultural e intelectual incomensurável, incapaz de ser quantificado nesta pesquisa, apenas. Compreendemos, portanto, que a implantação dos Institutos Federais possibilita um avanço qualitativo a partir de uma caminhada singular, um projeto de nação que entende a educação como compromisso de transformação e de ascensão do conhecimento, de objetivos capazes de transformar a vida social.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 30/11/2022

Aprovado: 12/04/2023

Publicação: 14/07/2023



Keywords:

IFPB. Education. Development. Public policies.

Palavras-Chave:

IFPB. Educação. Desenvolvimento. Políticas públicas.

Introdução

A necessidade de se ter uma mão de obra qualificada no Brasil não é recente, pois retrocede até o período Colonial (BRASIL, 2009). No entanto, o marco inicial do ensino profissional no país é o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, que criava, inicialmente em diferentes unidades federativas sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Vários outros acontecimentos ao longo da nossa História foram importantes para a construção desse processo, como a Constituição brasileira de 1937, a primeira a tratar especificamente do “ensino técnico, profissional e industrial”, e a Lei Nº 378 do mesmo ano, que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Meia década depois, os Liceus Industriais seriam transformados em Escolas Técnicas e Escolas Industriais Federais, passando a oferecer formação profissional em nível equivalente ao secundário, tendo, assim, a inserção do ensino industrial à estrutura do ensino formal do país. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas se tornam autarquias e passam a receber o nome de Escolas Técnicas Federais, gozando agora de autonomia didática e também de gestão, atuando prioritariamente nas áreas da indústria e do serviço. Já em 1967, os estabelecimentos da Rede Federal de Educação foram ampliados com os Cursos Técnicos na área agrícola, ofertados nas novas Escolas Agrícolas Federais. Em 1994, a Lei nº 8.948 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que fez com que as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais fossem gradativamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Após mais de duas décadas de estagnação e retrocesso do ensino técnico profissional, processo que se agudizou no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 2007 o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que propôs a reorganização das instituições da Rede Federal para Educação Profissional, a retomada de sua gradual, a valorização e a expansão dos agora denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), que veio a ser concluída na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

Essa reestruturação e ampliação teve um grande impacto na rede de ensino técnico profissional, pois ao longo de quase 100 anos, após a criação das escolas de Aprendizes e Artífices, no ano de 2002, o Brasil contava com 140 escolas técnicas na Rede Federal. Após a unificação da Rede Federal de Educação e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, esses números passam por uma verdadeira metamorfose. Em 2007, na segunda fase do plano de expansão da Rede Federal, a meta era criação de mais 150 instituições federais de educação tecnológica, distribuídas nos 26 estados da federação e no Distrito

Federal; em 2011, já em sua terceira fase, o projeto estabeleceu a criação de mais 208 novas unidades e, como resultado, a expansão chega em 2018 com 659 unidades, o que representou a construção de mais de 500 novas unidades em pouco mais de uma década. No ano de 2021, considerando os respectivos campi associados a estas Instituições Federais, tem-se o quantitativo total de 665 unidades espalhadas por todas as unidades da federação.

Desse modo, é importante ressaltar a política de interiorização como uma das características principais da expansão das unidades físicas, posto que apenas 15% dos campi estão nas capitais estaduais, com uma clara e determinante política de potencializar as características locais das regiões onde estão inseridas. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia “configuram-se como importância substantiva no atual cenário da Educação Brasileira, com potencial inclusive de demarcar como inovação exitosa seu modelo de institucionalidade e, a partir da educação profissional e tecnológica influenciar positivamente no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuam”. (Andrade, 2014, p. 16).

A questão que este trabalho procura responder é se a expansão da rede federal de educação técnico-profissionalizante no Seridó Oriental Paraibano trouxe condições de inserção dos jovens egressos do IFPB-Picuí no mercado de trabalho microrregional. A ideia de realizar um estudo sobre o referido Campus surge pela necessidade de analisarmos as implicações acerca de sua relevância para a região, tendo em vista que após mais de dez anos de seu funcionamento, é necessário conhecer a sua importância no mercado de trabalho não apenas no município-sede, mas também nas cidades circunvizinhas, que acreditamos ser a razão maior de sua existência.

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) na cidade Picuí e seus impactos sociais e econômicos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, considerando a formação profissional dos jovens e a inserção dos egressos no mercado de trabalho regional no período de 2009 a 2020.

Percurso Metodológico

Os procedimentos metodológicos e os instrumentos da referida pesquisa, bem como as etapas do levantamento bibliográfico e documental, da pesquisa de campo e da coleta de dados, como se deu a organização e a construção das análises com base nas categorias quantitativas e qualitativas. Para Prandanov e Freitas (2013, p. 24), “partindo da concepção de que o método é o procedimento ou o caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos afirmar que o método científico é um conjunto de procedimentos adotado com o propósito de atingir o conhecimento”.

O levantamento da pesquisa se deu a partir de livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, dissertações e teses. Através da internet, realizamos consultas a sites oficiais, o que nos permitiu a montagem de gráficos, quadros, tabelas e mapas que demonstraram as informações necessárias para a interpretação dos dados e a possibilidade de contextualizar historicamente seu processo de evolução até os dias atuais, a partir de uma realidade dualista que caracteriza a educação profissional no Brasil.

Como método de pesquisa, o estudo tem como prioridade uma abordagem exploratória e descritiva. “A pesquisa exploratória, quando se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento” (Prandanov e Freitas, 2013, p. 51). Já a pesquisa descritiva, por sua vez, observa, registra e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador.

A presente pesquisa se desenvolve de forma quantitativa e qualitativa, buscando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias. “Na abordagem quantitativa considera-se tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e informações, a fim de classificá-las e analisá-las” (Prandanov e Freitas 2013, p. 69). Na abordagem qualitativa, por sua vez, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados, em que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo utilizando fontes primárias e secundárias.

Nossa pesquisa enquadra-se como estudo de caso, pois definimos como unidade de estudo o Campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia localizado na cidade de Picuí-PB, tendo como foco os estudantes egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Edificações, Informática e Geologia e do curso técnico subsequente ao ensino médio de Mineração, ambos abrangendo o período de 2009 a 2020.

Como técnica de pesquisa elaboramos questionários com perguntas abertas e fechadas, a serem entregues aos alunos egressos a partir do *Google Forms* através do Aplicativo WhatsApp atingindo 30% do universo da pesquisa. “Os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”. (Gil 2008, p. 57),

Na sequência, para dar maior contundência às respostas obtidas nos questionários, decidimos realizar uma série de entrevistas e, por ainda estarmos sob os efeitos da Pandemia do COVID-19, entendermos ser mais seguro e coerente que elas fossem realizadas através do aplicativo *Google Meet*, nas últimas duas semanas do mês de fevereiro de 2022. Assim, buscamos entrevistar atores sociais, que, pelo espaço que ocupam, pudessem oferecer contribuições relevantes para nossa pesquisa. Demos início com o Prefeito do município de Picuí; na sequência, entrevistamos, separadamente por curso, os egressos já participantes dos questionários; em seguida, entrevistamos o Diretor de ensino do IFPB-Picuí e, por fim, os

coordenadores dos cursos de Edificações, Informática, Geologia e Mineração da referida Instituição.

A dualidade do Ensino básico e profissional no Brasil

No Brasil, a relação entre a educação básica e profissional tem sua trajetória marcada pela dualidade. Nesse aspecto, até o século XIX não encontramos registros que possam ser vinculados ao campo da educação profissional. O que se tem registro da época é a existência de uma educação propedêutica direcionada para as elites, para a formação dos futuros dirigentes, herdeiros da classe dominante.

A história da dualidade do sistema escolar brasileiro, consubstanciada na coexistência de duas redes de ensino, uma voltada para a capacitação profissional, direcionada para as classes menos favorecidas, e a outra dedicada a oferta dos Ensinos Secundários e Superior, direcionada para a elite intelectual condutora da nação. (Caires e Oliveira 2016, p.54):

Para Saviani (2008), a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil é marcada pela dualidade estrutural estabelecida por um sistema voltado, por um lado, para a formação intelectual e destinado às elites dominantes, e, por outro, a uma educação para a formação das classes trabalhadoras. Soma-se a isso uma recorrente descontinuidade das políticas públicas na área e de reformas educacionais nas suas diferenciadas possibilidades e modos de oferta.

Os primeiros relatos do que hoje pode ser caracterizado como os primórdios da educação profissional no país, surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo então Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 -Parecer nº 16/99-CEB/CNE). Acerca disso, Caires e Oliveira afirmam que:

Em relação à temática enfocada, a permissão para a instalação e o funcionamento de empresas industriais, proporcionada pela condição do Brasil de sede do reino de Portugal, deu base e incentivou a criação do Colégio das Fábricas em 1.809. Todavia a implantação de indústrias não aconteceu na velocidade esperada e essa instituição, destinada a formação de mão de obra fabril, não prosperou. Esse colégio funcionou, apenas, até o ano de 1911, tendo sido desativado totalmente em 1912 (Caires; Oliveira, 2016, p. 29-30).

Financiado pelo poder público, o Colégio das Fábricas formava trabalhadores capacitados para a instalação de atividades manufatureiras e construção de novas máquinas, que seriam remetidas para as províncias. O não atendimento de suas atividades financeiras a partir de sua própria produção levou o Colégio a uma extrema dependência do Estado, o que culminou com o seu fechamento precoce. Para Caires e Oliveira (2010) a situação de escassez de mão de obra para as inúmeras ocupações necessárias ao desenvolvimento da colônia, várias instituições, predominantemente no âmbito da sociedade civil, foram criadas para atuar no

ensino das primeiras letras e na iniciação dos ofícios destinados sempre aos jovens e crianças socialmente excluídas.

Em um período de reduzidos empreendimentos na área industrial, no qual havia uma discriminação por parte da elite brasileira para certos trabalhos manuais, que não eram bem vistos pelos mais abastados na realização de ofícios, que exigissem esforço físico, vivenciava-se uma profunda escassez de mão de obra, fato que, obviamente, dificultava o desenvolvimento do país, pois funções básicas e necessárias não eram supridas em virtude da ausência de trabalhadores com a mínima qualificação, sendo urgente uma ação para sanar tamanha deficiência. “A solução encontrada foi a adoção da aprendizagem compulsória, destinada às crianças e aos jovens marginalizados socialmente, ou seja, aos pobres, órfãos e desvalidos da sorte” (Caires; Oliveira, 2016, p. 30).

IFPB e o seu histórico de implantação na Paraíba

O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta da educação profissional e tecnológica vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. De acordo com a Lei 11.892/08, a administração dos Institutos Federais tem garantido, pelo Art. 9º da mesma lei, sua descentralização, informação que também está disposta em seu Regimento Geral.

Com mais de 110 anos de história, ou seja, uma instituição pública secular, o instituto federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, recebeu ao longo do século XX e início do século XXI diversas denominações: 1ª) Escola de Aprendizizes e Artífices (EAA), de 23 de setembro de 1909 à 14 de janeiro de 1937; 2ª) Liceu Industrial de João Pessoa (LIJP), de 15 de janeiro de 1937 à 26 de fevereiro de 1942; 3ª) Escola Industrial de João Pessoa (EIJP), de 27 de fevereiro de 1942 à 18 de junho de 1958; 4ª) Escola Industrial Cariolano de Medeiros (EICM), de 19 de junho de 1958 à 23 de agosto de 1965; 5ª) Escola Industrial Federal da Paraíba (EIFPB), de 24 de agosto de 1965 à 05 de junho de 1968; 6) Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), de 06 de junho de 1968 à 22 de março de 1999; 7) Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), de 23 de março de 1999 à 29 de dezembro de 2008; 8) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), de 30 de dezembro de 2008 até os dias atuais.

Criada com o nome de Escola de Aprendizizes e Artífices, em 23 de setembro de 1909, funcionou com essa denominação até o dia 14 de janeiro de 1937. Instituída pelo decreto do Presidente Nilo Peçanha, pretendia alfabetizar e iniciar no mundo do trabalho jovens pobres das periferias da então cidade de Parahyba do Norte (BRASIL, 2020). A Escola de Aprendizizes ofertava, em seu nascedouro, apenas os cursos de alfaiataria, marcenaria, serralharia,

encadernação e sapataria. É a partir desses moldes que tem início a história da educação tecnológica no estado da Paraíba.

Embora se trate de uma instituição centenária, a marca IFPB é bem jovem, contendo apenas 12 anos, sendo oportuno ressaltar que o Instituto Federal da Paraíba surge da junção entre o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrícola Federal (EAF) de Sousa, e que ao longo desses pouco mais de 110 anos a instituição recebeu algumas marcas que a caracterizaram no decorrer de sua história, como retrata o quadro abaixo:

Quadro 01:

Histórico das marcas da Educação Profissional e Tecnológica na Paraíba

EAA	ETFPB Marca/institucional	CEFET-PB Marca/institucional	IFPB Marca/institucional
EAA LIJP EIJP EICM EIFPB	 ETFPB	 CEFET-PB	 INSTITUTO FEDERAL PARAÍBA
(1ª à 5ª denominação) 1909 a 1968	(6ª denominação) 1968 a 1999	(7ª denominação) 1999 a 2008	(8ª denominação) A partir de 29/12/2008

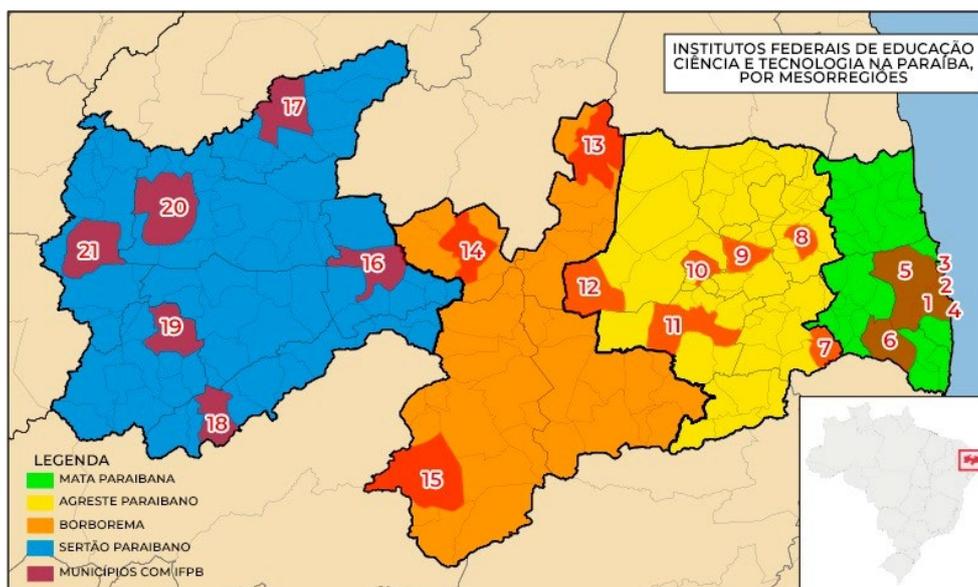
Nota: PDI/IFPB (2020).

O quadro acima mostra claramente que, para se chegar o formato atual, a Rede Federal de Educação vivencia quatro momentos bem distintos. O primeiro, que passa por sua gênese em 1909 e vai até o ano de 1968, sendo encabeçado pela Escola de Aprendizes e Artífices; o segundo, que se estenderá até o ano de 1999 e recebe o nome de Escola Técnica Federal da Paraíba, em que é possível observarmos uma marca institucional; o terceiro momento também oportuniza uma logo institucional, denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET – PB) e que assim será até o dia 29 de dezembro de 2008; por fim, o último momento compreende o final de 2008 até os dias atuais, a partir do Instituto Federal da Paraíba.

A figura abaixo ilustra como os campi do IFPB foram distribuídos por todas as mesorregiões do estado paraibano, deixando evidente a intenção de distribuir os institutos para regiões interioranas, buscando desenvolvê-las com base nas suas principais características e potencialidades:

Figura 01:

Mapa de distribuição dos campi do IFPB por Mesorregião



1. Campus João Pessoa	8. Campus Guarabira	15. Campus Monteiro
2. Campus Cabedelo	9. Campus Areia	16. Campus Patos
3. Campus Cabedelo Centro	10. Campus Esperança	17. Campus Catolé do Rocha
4. Campus Mangabeira	11. Campus Campina Grande	18. Campus Princesa Isabel
5. Campus Santa Rita	12. Campus Soledade	19. Campus Itaporanga
6. Campus Pedras de Fogo	13. Campus Picuí	20. Campus Sousa
7. Campus Itabaiana	14. Campus Santa Luzia	21. Campus Cajazeiras

Nota: PDI/IFPB (2020), elaborado pelo autor.

A figura acima detalha por Mesorregião como está a distribuição dos campi do Instituto Federal da Paraíba em todo o estado, permitindo assim, uma visão mais ampla e global de como está disposta sua a localização geográfica de cada Campus.

A Mesorregião da Mata Paraibana, entre outras características apontadas pelo IBGE (2020), é composta por uma população estimada em cerca 1.542,431 habitantes, o que a classifica como a mais populosa do estado; conta em seu território com a presença de 06 campi do Instituto Federal, que estão localizados nas cidades de João Pessoa (com dois campi, sendo um em mangabeira), Cabedelo (com duas unidades), Santa Rita e Pedras de Fogo.

Já na Mesorregião do Agreste Paraibano, que conta com 66 municípios e uma população estimada em 1.273,243 habitantes, tem à sua disposição 06 Institutos Federais, localizados nos municípios de Itabaiana, Guarabira, Areia, Esperança, Campina Grande e Soledade. A Mesorregião da Borborema, por sua vez, é composta por 44 municípios e tem a

menor população entre as regiões que compõem o estado, que está estimada em 316,900 habitantes; conta também com o menor número de campi do Instituto Federal, apenas 03 em suas dependências, situados nos municípios de Picuí, Santa Luzia e Monteiro.

Já a Mesorregião do Sertão paraibano, área que concentra uma população estimada em cerca de 906,758 habitantes distribuídos por 83 municípios, possui 06 Campi do Instituto Federal da Paraíba, localizados nos municípios de Patos, Catolé do Rocha, Princesa Isabel, Itaporanga, Sousa e Cajazeiras.

Acima, detalhamos como os Campi do Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia estão distribuídos nas Mesorregiões do estado da Paraíba. Porém, para a composição da Rede Federal de Educação em nosso estado, é relevante observar a necessidade de reunir a esses Campi as Escolas Técnicas Vinculadas, que, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (2021), são: A Escola Técnica de Saúde (ETS), vinculada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizada na cidade de João Pessoa; o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), vinculado também à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mais especificamente no Campus III da cidade de Bananeiras, e a Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras (ETSC), vinculada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Sertão Paraibano.

A expansão dos Institutos Federais busca atender a três dimensões: a dimensão social, ao abranger municípios populosos com baixa receita per capita; a dimensão geográfica, interiorizando a oferta pública de educação profissional e ensino superior; e a dimensão de desenvolvimento, ao identificar e estimular arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008). A tabela a seguir apresenta o panorama da expansão dos Institutos Federais de Educação no Brasil e no estado da Paraíba, desde a sua criação pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, em 1909, até o presente

Tabela 01:

Expansão da Rede Federal no Brasil e na Paraíba

Ano	Brasil	Paraíba
2002	140	03
2008	215	04
2010	363	09
2014	555	24
2018	659	24
2020	665	24

Nota: MEC (2021), elaborado pelo autor.

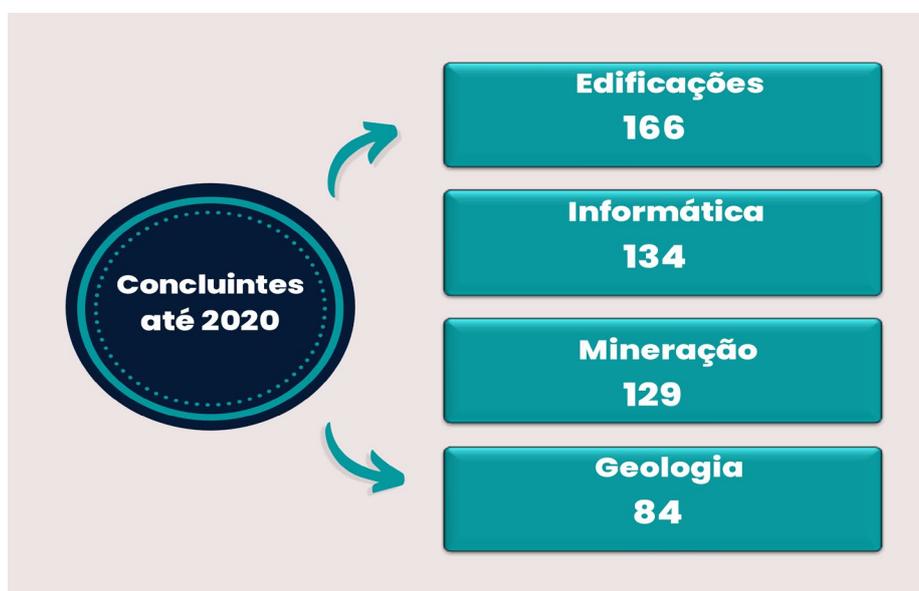
Torna-se evidente, a partir dessa expansão, uma crescente no número de Instituições Federais de Educação Tecnológica e Profissional, aliadas às novas possibilidades de atuação e

as propostas político-pedagógicas que surgem desse processo, em que o caráter social é preponderante, emergindo a necessidade de uma nova institucionalidade. Como consequência, a criação dos Institutos Federais caracteriza a materialização desse novo projeto e pode ser compreendida como uma ação do governo, que visa inserir em maior evidência a educação profissional e tecnológica no cerne da sociedade.

Os egressos participantes da pesquisa: uma análise do perfil da amostra

A partir deste momento, buscamos analisar as informações contidas nos questionários aplicados aos egressos, apresentando os dados que consideramos mais relevantes para a pesquisa, conhecendo as experiências vividas pelos estudantes e outras informações que possam ser relevantes para alcançar os objetivos de nosso trabalho. Para tanto, a fim de alcançar a maior credibilidade possível para a pesquisa, estabelecemos como meta 154 questionários, aplicados através do *Google Forms* aos participantes, através do aplicativo *WhatsApp*, representando, assim, 30% do total de estudantes egressos dos cursos integrados ao Ensino Médio de Edificação, Informática, Geologia e do curso técnico subsequente de Mineração, do Instituto Federal instalado na cidade de Picuí-PB, conforme detalha os números contidos no gráfico abaixo:

Gráfico 01:
Concluintes do IFPB-Picuí até 2020 dos cursos de Edificações, Informática, Geologia e Mineração



Nota: IFPB (2021), elaborado pelo autor.

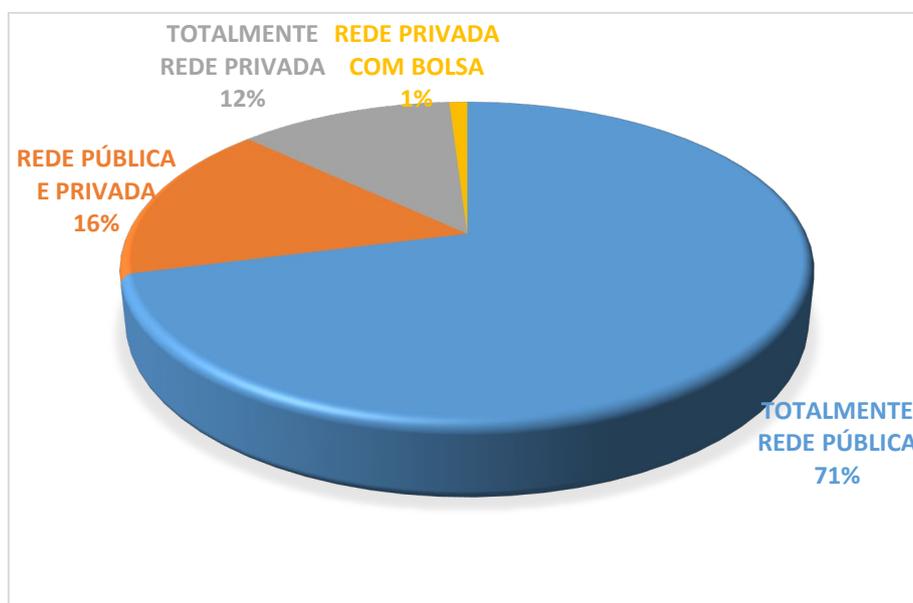
Com relação ao quantitativo de egressos, o gráfico acima nos fornece as informações necessárias e que serviram de base para a aplicação dos questionários. Houve um total de 513 concluintes, sendo 166 do curso de Edificações, 134 do curso de Informática, 84 do curso de

Geologia e 129 do curso de Mineração. Para chegarmos ao resultado desejado, estabelecemos como meta atingir o percentual de resposta de 30% para cada curso pesquisado, o que nos implicou na aplicação de 154 questionários e nos garantiu uma margem segura e confiável para realizarmos a análise e interpretação das informações fornecidas pelos egressos participantes.

Apesar de uma certa paridade, a presença feminina é mais marcante no IFPB-Picuí, isso no que se refere a números, a quantitativos, tendo por base que 53% dos egressos são do sexo feminino e que 47% das vagas ocupadas no instituto são por pessoas do sexo masculino, é perceptível que o público feminino tem se mostrado mais adepto aos cursos ofertados pela instituição.

Com relação à trajetória dos egressos, observando os dados da amostra, percebemos que 110 estudantes que responderam às perguntas (o que representa 71% do total da amostragem) estudaram durante toda sua vida em escolas da rede pública de ensino. No gráfico abaixo está exposto que 16% dos alunos frequentaram tanto a rede pública quanto a rede particular, ao passo que 12% daqueles que responderam o questionário afirmaram que estudaram unicamente em escolas da rede privada de ensino e apenas 1 egresso respondeu que estudou na rede privada com bolsa de estudo, o que representa menos de 1% do público pesquisado.

Gráfico 2:
Origem dos estudantes com relação à esfera de ensino



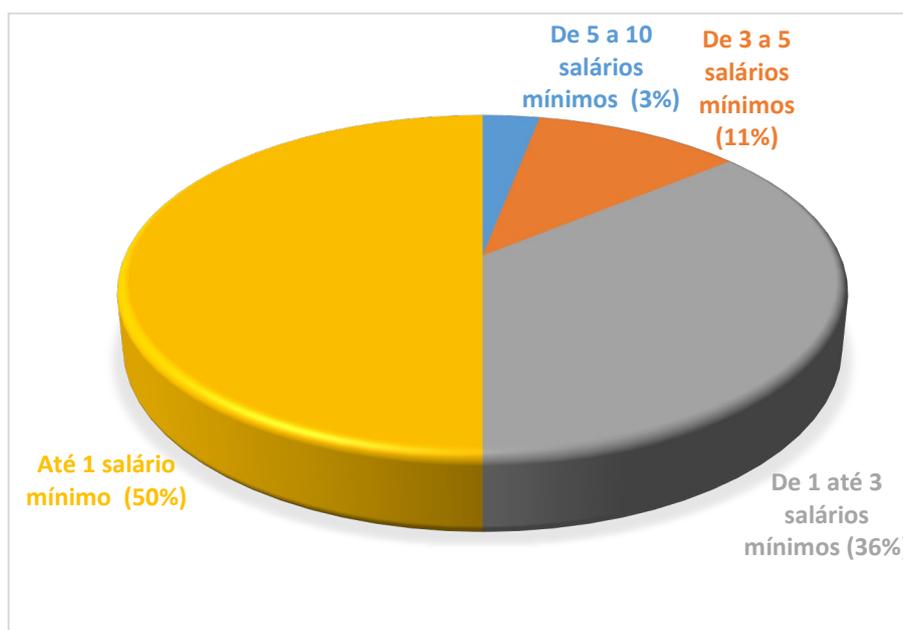
Nota: Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico 2 representa a predominância de estudantes que vieram da rede pública de ensino para o IFPB-Picuí. Observando atentamente, fica claro que o Instituto Federal também despertou o interesse daqueles que estudaram na rede privada, representando uma fatia considerável dos integrantes da amostra, que, se somados aos que frequentaram totalmente

rede privada e aos que estiveram em ambas às esferas, esse quantitativo pode chegar a 29% do total dos egressos.

No gráfico seguinte, destacamos a renda mensal da família dos egressos, referente ao período em que adentraram em seus respectivos cursos no IFBB-Picuí. O gráfico 12, deixa bem claro o baixo poder aquisitivo da grande maioria das famílias dos estudantes da instituição, observando que 50% delas viviam, na época, com até um salário mínimo por mês, ao passo que 36% dessas famílias tinham à sua disposição uma renda mensal que variava de um até três salários mínimos; ainda é possível percebermos que 11% delas dispunham de uma renda familiar que variava entre três e cinco salários mínimos; entre os que detinham o maior rendimento mensal, detectamos que somente 04 famílias, o que representa apenas 3% de toda a amostra, tinham à disposição familiares rendimentos que alcançavam de cinco até dez salários mínimos:

Gráfico 03:
Renda mensal da família dos egressos ao adentrarem nos cursos



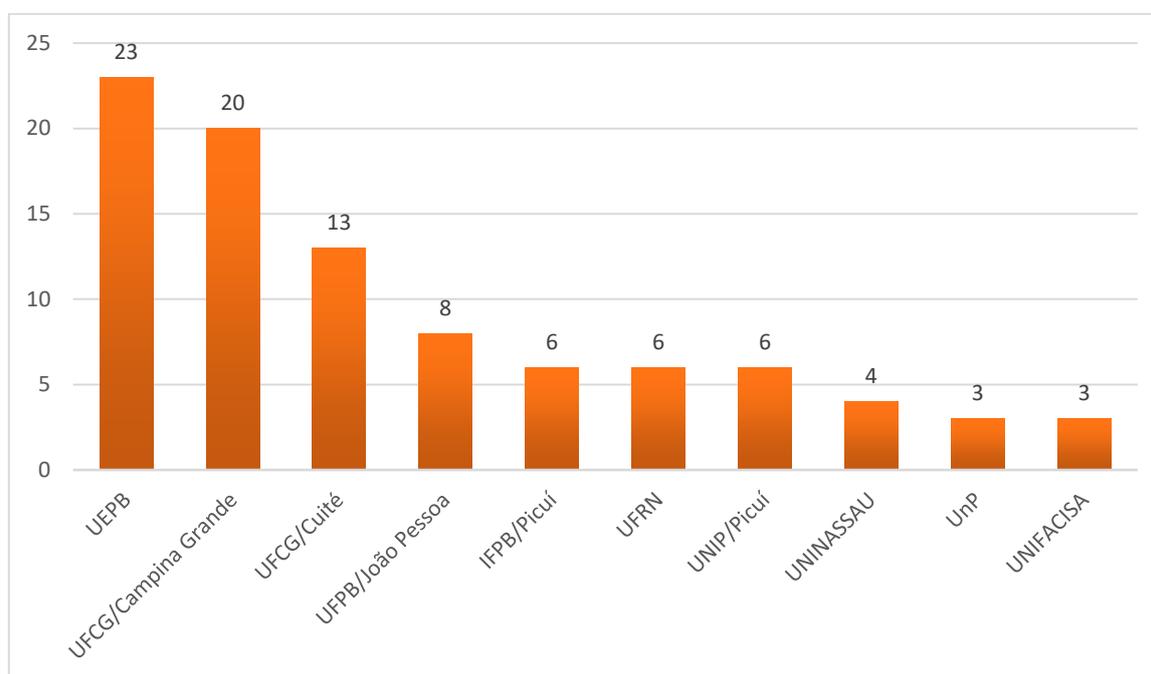
Nota: Elaborado pelo autor (2021).

Ao realizarmos uma análise mais minuciosa do gráfico 03, podemos observar que a renda mensal declarada pelos egressos pode ser considerada baixa, tendo em vista que 86% dos entrevistados afirmaram que seus familiares sobreviviam com até três salários mínimos por mês. Dessa forma, concordamos com Silva (2017) acerca da importância do processo de interiorização, que possibilita o acesso de estudantes das classes menos favorecidas economicamente, aqui nos referindo especificamente à expansão dos Institutos Federais de Educação.

Buscamos identificar quais foram os principais destinos acadêmicos desses estudantes, ou seja, quais foram as principais Instituições de Ensino Superior que eles tiveram acesso. Explicitaremos quais foram os principais cursos superiores escolhidos pelos egressos, a fim de identificar se os cursos do Ensino Médio Integrado ofertados tiveram alguma influência sobre a escolha de sua futura vida universitária. Para isso, a fim de elucidar essas questões, recorreremos a gráficos, quadros e tabelas. No próximo gráfico, apontamos apenas as 10 instituições que apresentaram o maior número de ingresso dos alunos oriundos do Campus do IFPB-Picuí.

Gráfico 04:

Principais destinos dos egressos do IFPB-Picuí



Nota: Elaborado pelo autor (2021).

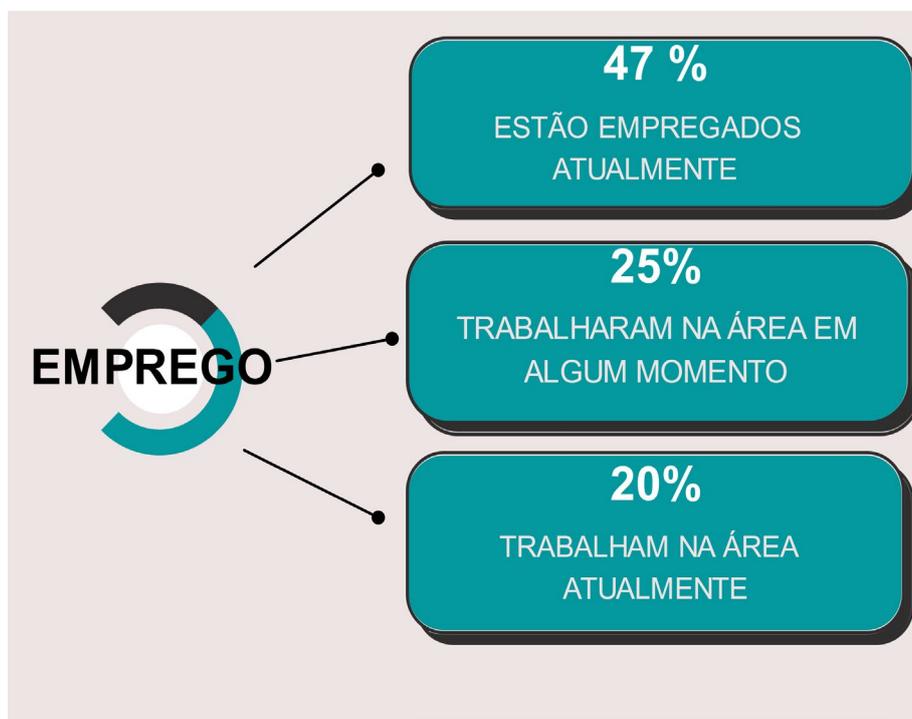
Acima, estão as 10 Instituições que mais receberam egressos do ensino médio do campus Picuí, contabilizando 92, de um total de 108, que afirmaram estar em um curso superior. Nas faculdades e/ou universidades que ficaram de fora do gráfico, nenhuma somou mais de um estudante em suas dependências, por isso não foram inseridas. A primeira informação que podemos extrair dos dados expostos é a de que a principal escolha dos estudantes tem sido as universidades públicas federais, e a cidade de Campina grande, com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), se destaca como principal destino. Outro Campus que chama a atenção pela procura, ocupando a terceira colocação como principal destino, é o campus da UFCG localizado na cidade de Cuité-PB, que mesmo não ofertando tantos cursos quanto às universidades citadas, tem atraído muitos egressos do IFPB-Picuí.

Considerando essas informações, podemos afirmar que a interiorização dos Institutos Federais representa uma ação concreta do Estado não apenas no acesso ao ensino médio técnico profissionalizante e a qualidade nele ofertada, mas também por atuar como uma ferramenta decisiva na democratização do Ensino Superior, favorecendo de maneira efetiva o acesso de estudantes das camadas menos abastadas ao ensino público de nível superior.

Uma das perguntas do questionário aplicado busca saber se os egressos estão inseridos no mercado de trabalho, indagando, de forma direta, se atualmente estão empregados. Levando em conta a atual conjuntura do nosso país e com base nos dados que acabamos de citar, é possível considerar que a resposta obtida tende a ser animadora, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5:

Egressos do IFPB-Picuí atualmente empregados

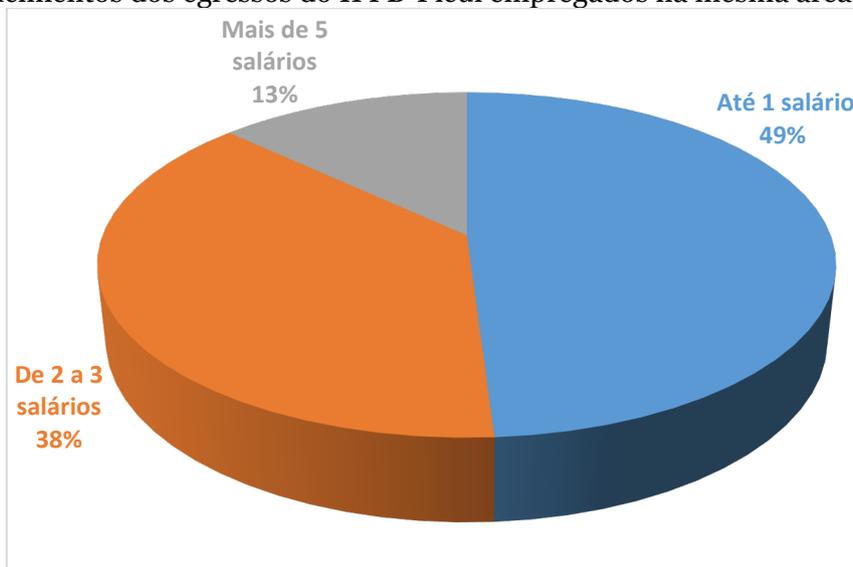


Nota: Elaborado pelo autor (2021).

Acreditamos que é importante justificar o porquê de entendermos que o percentual de 47% de egressos estarem empregados foi considerado um número animador. Para isso, basta observarmos que 70% desses estudantes lograram êxito na busca por um curso superior, ou seja, boa parte deles ainda está na academia, em que todos sabem que vincular trabalho e estudo não é tarefa simples e que, na grande maioria dos casos, mediante vários contextos a que os egressos estão inseridos, torna-se quase impossível conciliar essas duas atividades. Dessa forma, entendemos ser importante considerar os números como animadores. É bem verdade que em nosso questionário não buscamos diferenciar emprego de trabalho, em que sabemos que a informalidade é algo muito presente em região.

Outra pergunta contida em nosso questionário possibilitou agregar mais lucidez aos dados relativos à escolha da profissão, dispostos no gráfico abaixo, demonstrando os vencimentos recebidos pelos egressos que afirmaram ter conseguido um emprego em sua área de formação:

Gráfico 06:
Vencimentos dos egressos do IFPB-Picuí empregados na mesma área de formação



Nota: Elaborado pelo autor (2021).

As informações contidas no gráfico foram extraídas com base nos 25% dos egressos que afirmaram que trabalham ou já trabalharam na mesma área em que concluíram seus respectivos cursos. Como primeira informação, enfatizamos o fato de que 19% dos que estão sendo remunerados por suas atividades profissionais relatam que recebem vencimentos inferiores ao mínimo nacional estabelecido por lei, o que nos leva a interpretar que estão na informalidade, fato que infelizmente ocorre com muita frequência em nossa região. Contudo, 81% desse público informou ter vencimentos que ultrapassam um salário, chegando a receber mensalmente valores que ultrapassam a dez salários mínimos.

O último momento do questionário, consistiu em perguntas que nos permitissem conhecer a opinião dos egressos com relação ao IFPB-Picuí e dos benefícios que sua implantação tem trazido para as cidades de seu entorno. Indagamos os alunos com relação à qualidade dos cursos que são ofertados pela Instituição, as respostas foram bem contundentes no que diz respeito à avaliação da qualidade dos cursos a partir do ponto de vista dos estudantes. Os números não deixam dúvida quanto à excelência do ensino ministrado, lembrando que dos 154 egressos que responderam ao nosso questionário, 110 avaliam que a qualidade dos cursos ministrados é considerada ótima, o que corresponde a 71,4% do total; 42 estudantes definiram a qualidade do ensino como boa, o que equivale a 27,3% e apenas 2 ex-alunos, o que representa 1,3%, informaram que a entendem como regular. É importante

ressaltar que nenhum egresso participante da pesquisa classificou como ruim ou péssima a qualidade do ensino ofertado.

Buscamos, ainda, compreender como os egressos visualizam a contribuição do campus Picuí para o desenvolvimento da região. As respostas evidenciam que a instituição goza de um respaldo muito grande entre os que responderam os questionários: 89% afirmam que as ações por ela desenvolvidas contribuem muito para o desenvolvimento da região em que está inserida; para 9,7% a contribuição é considerada razoável e 2% do montante consideram que é pouca a contribuição para o desenvolvimento regional. Mais uma vez, não encontramos nenhuma resposta que viesse a classificar o desempenho do instituto como ruim ou péssimo.

Considerações Finais

É possível afirmar que o processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais favoreceu o ingresso de muitos jovens das camadas mais populares nas universidades, muitos oriundos inclusive de várias cidades ao entorno do campus, mas sobretudo daquelas que estão dentro nas fronteiras da Microrregião do Seridó Oriental Paraibano.

O fato pode ser comprovado pelo resultado de nossa pesquisa, que detalha de forma muito clara a extensa área de abrangência do IFPB-Picuí e a verificação de que 86% dos estudantes que ocupam vagas no campus vem de famílias pobres, que não compõem as classes sociais mais elevadas, evidenciando, portanto, que a qualidade do ensino ministrado no Instituto Federal tem contribuído para o processo de democratização do acesso às instituições de ensino superior. Além de possibilitar uma trajetória acadêmica aos que frequentam o IFPB-Picuí, permite a esses alunos não apenas ocuparem vagas nas universidades, mas também alcançarem cursos que outrora seriam apoderados, quase que em sua totalidade, por estudantes oriundos de famílias de alto poder aquisitivo, comprovando, assim, sua eficiência também em promover a sonhada travessia social.

O depoimento de Lidiane Felix, coordenadora do curso integrado de Mineração, vai ao encontro das informações que nossa pesquisa revela: “não consigo descrever o que sinto pelo IFPB, o apoio financeiro que tive da instituição foi determinante para o meu sucesso na vida acadêmica, meu pai abandonou a família e a minha mãe sustentou a mim e meus dois irmãos com apenas um salário mínimo por mês”. De acordo com as informações da coordenadora, hoje ela é doutora na área e realizou uma de suas graduações no próprio IFPB. Assim, evidenciamos que os Institutos Federais são espaços privilegiados de aprendizagem, capazes de transferir conhecimento e de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros.

Pelos desdobramentos de nossos estudos, evidenciados pelos números obtidos em nossa pesquisa, comprova-se que a Instituição vem alcançando seu objetivo principal, que é a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Tomando por base o estudo de caso realizado, comprovamos que o processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação na microrregião do Seridó Oriental da Paraíba possibilitou aos jovens oriundos das cidades circunvizinhas ao campus, que em sua maioria são oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo, um ensino médio de qualidade, diferenciado do praticado nas demais redes de ensino, oportunizando maiores chances de serem recebidos no mercado de trabalho e ingressarem em variados cursos de diversas universidades, promovendo a democratização da Educação Superior. O relato da coordenadora do curso de Mineração do IFPB-Picuí corrobora com os resultados expostos: “o IFPB vai muito mais além do que simplesmente preparar para o mercado de trabalho, ele é diferente, é especial. Afirmo dessa forma, porque fui aluna da Instituição, ela dá uma base muito boa para a Universidade, o ensino ofertado é de muita qualidade, nos proporciona uma mudança social, nos dá outra visão de mundo”.

Não restam dúvidas de que a política do governo Bolsonaro desprivilegia a atuação de sucesso dos Institutos Federais, como acabamos observamos no decorrer da pesquisa. Os repetidos cortes no orçamento da educação como um todo e, conseqüentemente, a redução dos investimentos na área da Educação Profissional e Tecnológica, tem resultado em uma série de limitações a uma política pública que tem se mostrado eficiente em vários aspectos e sobretudo na sua missão de democratizar o acesso à educação de nível superior.

Iniciamos a pesquisa centrados e com um olhar extremamente voltado à inserção dos egressos ao mercado de trabalho, porém, com o aprofundamento dos estudos, aliados à aplicação do questionário e a realização das entrevistas, aos poucos percebemos o quanto é ampla a atuação dos Institutos e o quanto nossa pesquisa poderia ser reveladora. Não se trata apenas da qualificação profissional, do ingresso no mercado de trabalho, da oferta de um ensino de qualidade, de um elevado índice de aprovação em cursos superiores ou da ampliação das oportunidades, mas sim de um conjunto de “bons frutos” que foram descritos ao longo de nossa pesquisa.

Esses frutos só foram possíveis graças à aplicação de uma política pública que tem culminado, além das evoluções já descritas, em um ganho cultural e intelectual incomensurável, incapaz de ser quantificado, que comprovadamente tem elevado o nível de consciência crítica da população não somente da microrregião do Seridó Oriental Paraibano, que delimita geograficamente a área de atuação de nossos estudos, mas também de todos os municípios do entorno que fazem uso do IFPB-Picuí. Assim, percebemos que a implantação dos Institutos Federais vem mostrando um avanço qualitativo em uma caminhada singular. Trata-se de um projeto de nação, que entende a educação como compromisso de transformação e de ascensão do conhecimento, de objetivos capazes de transformar a vida social, atribuindo-lhe maior aceção e alcance no conjunto da experiência humana, uma proposta antagonista com uma visão obsoleta de sociedade.

REFERÊNCIAS

- Andrade, A. F. B. (2014). *Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: uma análise de sua institucionalidade*. Brasília: UnB.
- _____. BRASIL. (1909) *Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1.909. Cria as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909> > Acesso em 20 Dez 2020.
- _____. BRASIL. (1937) *Constituição de 10 de novembro de 1937. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico
- _____. BRASIL.(1994) *Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm> Acesso em 13 Nov 2021
- _____. BRASIL. (2008) *Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_> Acesso em 20 jun de 2021
- _____. BRASIL (2009) *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em 15 jun. 2020.
- _____. IBGE. (2019) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb>>. Acesso em 14 dez. (IBGE 2021)
- _____. IBGE. (2019) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb>. Acesso em 20 dez. 2021.
- _____. IBGE. (2020) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em 20 dez. 2021.
- Caires, V. G; Oliveira, M. A. M. (2016). *Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª edição. São Paulo - SP. Atlas.
- IFPB. (2020). *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI: 2020-2024. [S.L]*. Disponível em: <<https://editor.ifpb.edu.br/institucional/pdi>> Acesso em 11 jul. 2021
- _____. MEC. (2021) *Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha*. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>> Acesso em: 30 out. 2021
- Pradanov. C. C; Freitas H. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale.
- Saviani, D. (2008). O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*. v.28, n. 100 – Especial, out./2008, p 1231-1255.
- Silva, L. P. (2017). *A recente interiorização das Universidades Federais e a questão da democratização do acesso: Uma análise das experiências formativas de jovens do semiárido paraibano no Campus de Cuité/UFCG*. 2017. 249 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.